

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações dos valores adicionados	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Revita Engenharia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Revita Engenharia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Recebíveis pendentes há longa data

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, a Companhia possui contas a receber vencidas há longa data, no montante de R\$ 30.056 mil cuja realização depende do sucesso nas negociações e ações judiciais de cobrança. A Administração das controladas acredita não haver riscos na realização desses créditos e, dessa forma, conclui não ser necessário o reconhecimento de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Considerando a falta de evidências suficientes, até o momento, quanto à realização dessas contas a receber, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir quanto à adequação da provisão para o crédito de liquidação duvidosa registrado pela controlada.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva” sobre os valores correspondentes bem como sobre os saldos de 31 de dezembro de 2013, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Revita Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Revita Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em 22 de abril de 2013, emitimos relatório de auditoria com modificações sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Revita Engenharia Ambiental S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa 7, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para atender o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto no que se refere ao método de contabilização de empreendimentos controlados em conjunto descrito na referida nota explicativa. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto contida em nossa opinião anteriormente emitida não é mais necessária. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reequilíbrio quinquenal

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa no 1, a controlada em conjunto Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA e o Poder Concedente iniciaram em 2009, negociação visando o reequilíbrio quinquenal previsto contratualmente, tendo em vista o desequilíbrio existente em favor da concessionária entre as receitas e o aumento das atuais obrigações operacionais. Em 26 de dezembro de 2013 foi assinado o novo Termo de Compromisso Ambiental entre a Prefeitura da Cidade de São Paulo e a LOGA que promoveu parcialmente o reequilíbrio, reajustando tarifas e efetuando a liquidação da defasagem tarifária entre 2009 e 2013. Alguns fatores de desequilíbrio e serviços extracontratuais ocorridos entre 2009 e 2013 não foram negociados e a referida negociação ainda depende de eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da controlada em conjunto, e, portanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 não incluem nenhum ajuste contábil que poderá ser requerido conforme acordo entre as partes.

Preparação das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil. No caso da Revita Engenharia S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

Revita Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	12	9.761	21.058	14.179	33.941
Contas a receber de clientes e outros créditos	13	171.487	82.964	222.263	123.487
Dividendos a receber	22	19.784	43.782	18.610	37.532
Impostos a recuperar		15.034	7.136	19.215	12.817
Adiantamento de fornecedores		1.168	2.655	1.416	2.840
Estoques		3.542	2.845	4.861	4.125
Total do ativo circulante		220.777	160.439	280.545	214.742
Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros créditos	13	95.077	68.591	109.993	70.575
Ativo fiscal diferido	24	3.419	1.017	7.219	3.664
Depósitos judiciais		62	118	204	357
		98.558	69.725	117.416	74.596
Investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto	14	86.767	90.885	56.799	59.097
Imobilizado	15	50.374	34.868	55.495	37.778
Intangível	16	62	66	106.875	99.801
Total do ativo não circulante		235.761	195.544	336.585	271.273
Total do ativo		456.538	355.984	617.130	486.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	17	20.358	26.517	53.025	50.501
Empréstimos e financiamentos	18	31.169	47.132	100.809	93.357
Debêntures	19	7.970	-	7.970	-
Salários, benefícios e encargos sociais	20	16.989	13.168	20.986	17.179
Impostos, taxas e contribuições	23	15.926	11.198	24.938	18.449
Imposto de renda e contribuição social		-	424	262	783
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	294
Adiantamentos de clientes		27	27	27	109
Total do passivo circulante		92.439	98.465	208.016	180.674
Não circulante					
Exigível a longo prazo:					
Fornecedores e outras contas a pagar	17	4.625	4.187	8.652	4.187
Empréstimos e financiamentos	18	40.827	45.454	69.386	82.691
Debêntures	19	62.223	-	62.223	-
Passivo fiscal diferido	24	6.456	5.151	12.073	8.405
Provisões	21	839	165	7.652	4.976
Adiantamentos de clientes		4.790	4.251	4.790	6.771
Total do passivo não circulante		119.760	59.209	164.776	107.031
Patrimônio líquido					
Capital social	25	137.709	126.477	137.709	126.477
Reserva legal	25	6.786	4.273	6.786	4.273
Reserva de retenção de lucros	25	99.843	67.559	99.843	67.559
Patrimônio líquido dos controladores		244.338	198.310	244.338	198.310
Total do passivo e patrimônio líquido		456.537	355.984	617.130	486.015

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares reais, exceto lucro por ações)

	Notas Explicativas	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	26	328.945	298.878	481.890	458.503
Impostos	26	(43.433)	(40.045)	(58.798)	(54.949)
Receita operacional líquida		<u>285.512</u>	<u>258.833</u>	<u>423.092</u>	<u>403.555</u>
Custo dos serviços prestados		<u>(235.983)</u>	<u>(203.839)</u>	<u>(340.539)</u>	<u>(316.956)</u>
Lucro bruto		49.529	54.994	82.554	86.598
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas Comerciais	27	(6.561)	(5.865)	(7.209)	(14.512)
Despesas administrativas	28	(32.319)	(26.738)	(36.726)	(33.816)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(12.554)	(8.746)	(17.772)	(8.995)
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>59.742</u>	<u>50.412</u>	<u>50.789</u>	<u>46.523</u>
Resultado antes das receitas (despesas financeiras), líquidas e impostos		57.837	64.056	71.634	75.798
Receitas financeiras	30	8.507	4.880	9.400	7.287
Despesas financeiras	30	<u>(16.469)</u>	<u>(8.093)</u>	<u>(25.560)</u>	<u>(19.049)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		49.875	60.843	55.474	64.036
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	24	(77)	(6.606)	(4.762)	(10.859)
Diferido	24	<u>1.097</u>	<u>1.917</u>	<u>184</u>	<u>2.976</u>
Lucro líquido do exercício		<u>50.895</u>	<u>56.153</u>	<u>50.895</u>	<u>56.153</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013 (Reapresentado)	2012 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)	2012 (Reapresentado)
Resultado do exercício	50.895	56.153	50.895	56.153
Resultado abrangente total	50.895	56.153	50.895	56.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Avaliação de Ativo Imobilizado	Lucro exercício	Patrimônio líquido controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2011	100.736	1.553	21.570	(301)	-	123.558
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	56.153	56.153
Juros s/capital proprio pagos	-	-	-	-	(7.142)	(7.142)
Reserva de lucros	-	-	46.291	-	(46.291)	-
Reserva legal	-	2.720	-	-	(2.720)	-
Incorporação	-	-	-	-	-	-
Aumento Capital	25.742	-	-	-	-	25.742
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	126.477	4.273	67.861	(301)	-	198.310
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	50.895	50.895
Juros s/capital proprio pagos	-	-	(8.335)	-	-	(8.335)
Reserva de lucros	-	-	52.508	-	(50.895)	1.613
Reserva legal	-	2.513	(2.513)	-	-	-
Aumento Capital	11.232	-	-	-	-	11.232
Dividendos a distribuir	-	-	(9.377)	-	-	(9.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	137.709	6.786	100.145	(301)	-	244.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	50.895	56.153	50.895	56.153
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações				
Depreciação do imobilizado	15 5.742	2.533	5.660	2.849
Amortização de intangível	16 25	20	10.505	8.062
Provisão para urbanização de aterros	21 47	32	1.693	(1.430)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13 83	212	83	212
Equivalência patrimonial	14 (59.742)	(50.411)	(50.789)	(46.526)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		-	39.106	9.567
Reserva de lucro de reestruturação		-	-	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		10.827	22.544	17.797
Provisão para contingências	21 1.309	3	1.815	45
Imposto de Renda e contribuição social		4.689	4.714	7.883
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	13 (28.457)	15.505	(48.755)	23.377
Impostos a Recuperar		(1.467)	(6.398)	(4.068)
Partes relacionadas	31 (87.040)	(49.124)	(87.038)	(47.782)
Alienação de investimentos com partes relacionadas	14 54.983	-	53.287	-
Estoques		(698)	(735)	(482)
Outros créditos		(237)	(3)	(40)
Depósitos judiciais	21 (198)	(97)	(264)	(89)
Dividendos a receber	22 24.639	(26.417)	641	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	17 (2.549)	8.018	2.208	727
Salários, provisões e encargos sociais	20 3.821	2.342	3.806	2.265
Impostos, taxas e contribuições	23 4.729	(10)	6.489	875
Imposto de Renda e contribuição social	24 (2.559)	(6.325)	(5.416)	(10.817)
Juros pagos		(6.769)	(20.790)	-
Partes relacionadas	31 (823)	4.226	7.066	6.370
Pagamento de contingências		(429)	(416)	(725)
Outras contas a pagar	17 (5.114)	(450)	(5.112)	(454)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(18.444)	(37.426)	(18.325)	23.769
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	15 (32.026)	(24.414)	(34.406)	(24.736)
Adições ao intangível	16 (20)	(7.943)	(35.928)	(54.246)
Baixa/Transferência de imobilizado/intangível		10.835	2.732	11.013
Valor justo de ativo intangível		-	-	1.668
Adiantamento a clientes		4.790	(973)	2.185
Aquisição de investimento		(36.426)	(22.336)	(19.800)
Caixa líquido atividades de investimento	(52.847)	(52.934)	(75.268)	(81.938)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos - terceiros	148.880	71.601	233.600	158.146
Implantação de saldo financiamentos - reorganização societária	-	-	-	(12.681)
Aumento de capital	11.232	25.742	11.232	25.742
Pagamento de financiamentos	(170.311)	(35.703)	(241.194)	(95.603)
Debêntures	19 70.193	-	70.193	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		46.503	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	59.994	108.143	73.831	75.604
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de disponibilidades				
	(11.297)	17.783	(19.763)	17.435
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	12 21.058	3.275	33.941	16.506
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	12 9.761	21.058	14.179	33.941
	(11.297)	17.783	(19.763)	17.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	2013 (Reapresentado)	2012 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)	2012 (Reapresentado)
1 – receitas	327.860	298.551	480.965	449.955
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	328.945	298.878	481.890	458.503
Outras receitas	104	540	263	566
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	(1.188)	(867)	(1.188)	(9.115)
2 – Insumos adquiridos de terceiros	(155.460)	(146.534)	(235.613)	(234.405)
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(105.084)	(105.343)	(170.256)	(182.963)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(35.659)	(31.167)	(45.218)	(41.080)
Outras	(14.717)	(10.024)	(20.139)	(10.362)
3 – Valor adicionado bruto (1-2)	172.400	152.017	245.353	215.550
4 – Depreciação, amortização e exaustão	(5.768)	(2.554)	(16.161)	(10.911)
5 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	166.632	149.463	229.191	204.639
6 – Valor adicionado recebido em transferência	68.475	55.292	60.415	53.810
Resultado de equivalência patrimonial	59.742	52.161	50.789	48.272
Receitas financeiras	8.733	3.131	9.626	5.538
7 – Valor adicionado total a distribuir (5+6)	235.107	204.755	289.606	258.449
8 – Distribuição do valor adicionado (*)	235.107	204.755	289.606	258.449
8.1) Pessoal	111.537	86.263	132.836	108.541
Remuneração direta	87.050	67.030	103.610	85.169
Benefícios	19.335	15.351	23.072	18.571
F.G.T.S	5.151	3.882	6.154	4.800
8.2) Impostos, taxas e contribuições	52.533	50.832	77.376	72.046
Federais	37.164	36.987	53.960	50.698
Estaduais	634	406	758	496
Municipais	14.735	13.439	22.658	20.852
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	19.917	11.507	28.273	21.709
Juros	14.965	6.877	23.005	16.525
Aluguéis	4.952	4.630	5.268	5.184
8.4) Remuneração de capitais próprios	51.121	56.153	51.121	56.153
Juros sobre o capital próprio	226	-	226	-
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	50.895	56.153	50.895	56.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 9 de janeiro de 2007 sob a forma de Sociedade Anônima, tem sede na Rua Clodomiro Amazonas, 249 – 2º andar, Itaim Bibi – São Paulo/SP, e tem por objeto social saneamento ambiental, limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares, hospitalar, de estabelecimento de saúde, comercial e industrial, varrição, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos, privados e de feiras livres, bem como implantação, operação e execução de aterros sanitários e congêneres, construção, montagem e operação de usinas de tratamento, reciclagem, incineração, compostagem e trituração de resíduos, em qualquer de suas formas, como também de usinas para obtenção de fontes alternativas de energia, construção civil em geral, montagem industrial e locação.

Em 31 de dezembro de 2013, as participações da Companhia em empresas controladas e suas respectivas áreas de atuação são:

- Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos LTDA. (“Battre”) (participação direta de 100%) – prestação de serviços, mediante concessão, de destinação final de resíduos sólidos urbanos e tratamento de resíduos de serviços de saúde no Município de Salvador – BA, comercialização de créditos de carbono através da queima do biogás e venda de biogás para a empresa Termoverde Salvador S.A.
- Farroupilha – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“Farroupilha”) (participação direta de 100%) – sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de Farroupilha – RS para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.
- SL Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“SL Ambiental”) (participação direta de 100%) – sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Leopoldo – RS para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.
- Rio Grande Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“Rio Grande Ambiental”) (participação direta de 100%) – sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de Rio Grande – RS para prestação de serviços públicos relativos ao tratamento e à destinação final de resíduos sólidos urbanos públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.
- São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda. (“São Carlos”) (participação direta de 100%) – sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Carlos – SP para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e

destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos, operação e implementação do novo aterro sanitário de resíduos sólidos.

- Guamá Tratamento de Resíduos Ltda (“Guamá”) (participação direta de 100%) – destinação final e tratamento de resíduos, incluindo resíduos sólidos domiciliares, industriais e inertes da construção civil, além de resíduos originários de estabelecimentos de saúde; implantação e operação de aterro sanitário de resíduos e outras atividades relacionadas à destinação final e tratamento de resíduos. Prestação de serviços de tratamento e disposição de resíduos.
- TISFARD Investment S.A. (“TISFARD”) (participação direta de 100%) – sociedade de investimentos domiciliada em Montevidéu – Uruguai. Em 2013 não apresentou movimentação.
- Águas Claras Ambiental – Central de Trat. E Benef. De Resíduos Ltda. (“Águas Claras”) (participação direta de 100%) – tratamento e destinação final de resíduos inertes originários de construção civil (entulho).

Participações em empreendimento controlados em conjunto

- Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”) (participação direta de 50%) – empresa que tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de cotista ou acionista, bem como, a participação em consórcios. A VVR possui participações nas seguintes empresas:
 - Logística Ambiental de São Paulo S.A. (“LOGA”) (participação direta de 62,347%) – execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Paulo para prestação de serviços de limpeza urbana no Agrupamento Noroeste, compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares residenciais e dos serviços de saúde, além de varrição em feiras livres e mercados.
 - Riograndense Participações S.A. (“RioPar”) (participação direta de 70%) – participação em outras sociedades de capital aberto ou fechado.
 - Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (“Riograndense”) (participação direta de 70%) – prestação de serviços nas áreas de aterros industriais, aterros sanitários, coleta, disposição, processamento e transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos.

Coligada

- Termoverde Salvador S.A. (“Termoverde”) (participação direta de 49%) – tem como objeto o desenvolvimento, construção, manutenção e exploração de usina termelétrica para geração de energia; comercialização de biogás e energia; geração, gestão e comercialização de créditos de carbono; elaboração de projetos, execução e operação de sistemas de captação de biogás; e prestação de serviços de operação e manutenção relacionados às suas demais atividades.
- Biotérmica Energia Ltda. (“Biotérmica”) (participação direta de 34,3%) – geração, distribuição e comercialização de energia elétrica e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país e no exterior.
- INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A. (“INOVA”) (participação direta de 51%) – sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do município de São Paulo, varrição e

asseio de vias e logradouros públicos, correspondente ao denominado Agrupamento Noroeste do Município de São Paulo.

- Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda. (“BOB”) (participação direta de 51%) – implantação, operação e execução de aterros sanitários, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares e de saúde, comerciais e industriais.
- Abrantes Ambiental Ltda. (“Abrantes”) (participação direta de 57,14%) – sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de promover a execução do contrato de prestação de serviços de limpeza urbana no Município de Camaçari – BA, celebrado com a Limpec – Limpeza Pública de Camaçari.
- Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda (“Alfenas”) (participação direta de 51%) – sociedade constituída com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com Prefeitura Municipal de Alfenas – MG.
- SBC Valorização de Resíduos S.A. (“SBC”) (participação direta de 75%) – concessão de Parceria Público Privada para outorga do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no município de São Bernardo do Campo – SP.
- Hera Ambiental S.A. (“Hera”) (participação direta de 50%) – opera um aterro sanitário no estado da Bahia, com capacidade licenciada para 40.000t no Estado da Bahia.
- Piauí Ambiental S.A. (“Piauí”) (participação direta de 51%) – segmento de coleta e tratamento de resíduos urbanos industriais no Estado do Piauí.

2 Alterações na estrutura societária

Constituição TISFARD Investment S.A.

Sociedade de investimento constituída em Montevidéu – Uruguai e tem por objeto o investimento em outras sociedades.

Aquisição da Hera Ambiental

Em 19.04.2013 a Companhia adquiriu 50% das ações da Hera Ambiental S.A., cujo objeto social é a gestão de resíduos, inclusive perigosos; estudos, projetos e prestação de serviços de gestão ambiental, saneamento e preservação ambiental; a gestão de operação de todo o tipo de obra e instalação relativa ao segmento; a prestação de serviços auxiliares ou complementares dos anteriores, tais como coleta e transporte, com atuação limitada em determinados municípios do Estado da Bahia.

Alienação de participação acionária na Biotérmica

Em 25 de abril de 2013 a Companhia alienou 2.499 ações ordinárias da Biotérmica à Solvi Valorização Energética, empresa do mesmo grupo econômico.

A Companhia detinha 70% das ações da Biotérmica e após a alienação parcial das ações passou a deter 34,3% do capital social da investida.

Aquisição da Piauí Ambiental

Em 07 de maio de 2013 a Companhia adquiriu 51% das ações da empresa Piauí Ambiental S.A., cujo objeto social é a implantação de empreendimento destinado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos (aterro), incluindo transporte, transbordo, tratamento, destinação disposição final, ambientalmente adequada, de resíduos e rejeitos na cidade de Altos- PI.

Aquisição parcial da Termoverde e alienação da parcela adquirida

Conforme Contrato de Compra e Venda de Ações em 01 de junho de 2013 a Companhia adquiriu 49% das ações ordinárias nominativas da empresa Termoverde Salvador S.A., e conforme Contrato de Compra e Venda de ações celebrado em 31 de dezembro de 2013 a Companhia alienou a favor da VVR (Empreendimento controlado em conjunto) a esta participação adquirida, correspondente a 4.785.864 ações.

Constituição consórcio Porto para a Vida

Em 10 de junho de 2013 a Companhia constitui em conjunto com a Koleta Ambiental, empresa do mesmo grupo econômico, o consórcio Porto pela Vida em Santos – SP.

Tal consórcio foi criado para executar o objeto da concorrência pública 01/13, processo administrativo 45837/12-11 promovido pela Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

O contrato estabelece que o consórcio deverá prestar serviço de conservação, limpeza geral, varrição, recolhimento e destinação final dos resíduos gerados no Porto de Santos-SP. A proporção do consórcio criado é de 35% para a Revita e 65% para a Koleta Ambiental e vigorará até o vencimento do contrato.

A Companhia, como operador em conjunto, contabiliza os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto (joint operation) de acordo com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC aplicáveis aos ativos, passivos, receitas e despesas específicos.

Reestruturações societárias com a finalidade de transferir ativo intangível da Revita Engenharia Ambiental S.A para a subsidiária Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos S.A (CRVR)

Em 30 de setembro de 2013 a controlada Revita foi parcialmente cindida visando a transferir ativo intangível no valor de R\$13.210 e respectivos IR/CS diferidos no montante de R\$4.491 para a subsidiária indireta CRVR, empresa operacional cuja aquisição originou o referido ativo intangível na acionista Revita ao final de 2011.

Essa operação envolveu também as empresas Riograndense Participações S.A, acionista direta da CRVR e Solvi Participações S.A, acionista direta da Revita, mas não alterou participações acionárias originais ao final do processo.

Alienação da participação acionária na Viasolo

Conforme contrato de compra e venda de ações celebrado em 31 de dezembro de 2013 a Companhia alienou a favor da VVR (Empreendimento controlado em conjunto) a participação detida na Viasolo, correspondente a 7.650.000 ações equivalente a 51% do capital da companhia.

Alienação da participação acionária na Riopar

Conforme contrato de compra e venda de ações celebrado em 31 de dezembro de 2013 a Companhia alienou a favor da VVR (Empreendimento controlado em conjunto) a participação detida na Riopar, correspondente a 7.000.000 ações ordinárias nominativas equivalente a 70% do capital da companhia alienada.

Integralização de capital na SBC por meio de cisão parcial da Companhia e cisão parcial de controlador em conjunto Lara Central de Tratamento de Resíduos

Conforme ata de assembleia geral extraordinária de 31 de dezembro de 2013, foi aprovado o aumento de capital da SBC no montante de R\$13.884, sendo R\$10.413 parte da Revita.

A Companhia e o acionista controlador em conjunto verteram parte de seus ativos imobilizados, representado por caminhões de coleta de resíduos, respectivamente nos valores contábeis de R\$10.413 e R\$3.471 a favor da SBC.

O referido aumento de capital feito via cisão de acervos líquidos das investidoras da SBC não alterou o percentual de participação acionária destas.

Aporte de capital pela acionista URCD na Piauí

Conforme estabelecido no contrato de compra de participação societária e outras avenças celebrado em 11 de dezembro de 2012, a operação de compra de 51% das ações da Piauí pela Revita estava condicionada ao aporte a integralização por parte da URCD de três imóveis pela URCD no capital à favor da Piauí.

Em 31 de dezembro de 2013 a URCD aportou os referidos imóveis na Piauí pelo valor de R\$3.066.

Concomitante a esta operação, o capital da Piauí foi aumentado em mais R\$1, mediante a emissão de 3.191.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,000313 subscritas exclusivamente pela Revita.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As presentes Demonstrações Financeiras incluem:

- As Demonstrações Financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As Demonstrações Financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As Demonstrações Financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Financeiras individuais em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) pelo

método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas Demonstrações Financeiras individuais. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo e as Demonstrações Financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria Executiva em 14 de março de 2013.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os saldos foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

b. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 14 – classificação de negócios em conjunto;
- Nota explicativa 16 – cálculo da amortização do intangível.

c. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam vir a resultar em ajustes de exercício subsequentes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 21 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: probabilidade e magnitude das saídas de recursos sem que tenha havido provisões suficiente.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao CFO.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro referem-se a:

Redução ao valor recuperável de ágio

A avaliação de *impairment* do ágio exige o uso de premissas e estimativas significativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia

acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Para os saldos de ágios divulgados na nota explicativa nº16 não foi necessário constituir provisão para *impairment* em 2013 e em 2012.

Vida útil do ativo imobilizado e intangível

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada período apresentado.

Alocação dos ágios

A Companhia contrata empresas especializadas para a alocação dos ágios provenientes de aquisições de empresas que seguem as seguintes premissas:

- (i) Obtenção de dados históricos, contábeis, operacionais e gerenciais da Companhia;
- (ii) Análise do mercado de atuação da Companhia, buscando identificar as perspectivas futuras de crescimento e rentabilidade;
- (iii) Verificação da consistência das premissas do negócio;
- (iv) Análise dos contratos envolvidos na transação;
- (v) Identificação de Ativos e Passivos intangíveis não relacionados no Balanço Patrimonial utilizado como base para a negociação das participações acionárias;
- (vi) Projeções de fluxo de caixa associada à ativos e passivos avaliados, bem como à contraprestação transferida;
- (vii) Cálculo da taxa de desconto que refletisse adequadamente os riscos inerentes ao setor e à empresa, sendo essa taxa utilizada para trazer fluxos de caixa dos ativos e passivos identificados a valor presente;

No entanto os resultados destes laudos dependem de suposições que servem de base para as projeções. O método utilizado não antecipa as mudanças nos ambientes internos e externos nos quais o negócio está inserido, exceto aqueles apontados nos laudos.

Utilização dos prejuízos fiscais

A legislação do Imposto de Renda permite que eventuais prejuízos fiscais (lucro real negativo) apurados em períodos anteriores sejam compensados com os lucros apurados posteriormente da pessoa jurídica tributada pelo Lucro Real.

O prejuízo fiscal compensável é aquele apurado no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR. Entretanto, a compensação de tais prejuízos é limitada a 30% do lucro real antes da compensação.

Margem dos contratos de construção

A margem dos contratos de construção seguem as premissas constantes nos contratos de concessão.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

Considerando a natureza das operações da Companhia no setor de resíduos públicos, a Administração é requerida à estimar a possibilidade de recebimentos de relevantes contas a receber, contratuais ou extra-contratuais, junto ao Poder Público para o registro de provisão para perdas. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na nota explicativa nº 13, em alguns casos, requer negociações e tempo por parte da Companhia.

Provisão para contingências

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no passivo não circulante.

Provisão para urbanização de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas até as datas dos balanços, em conformidade o IAS 37. Conforme notas explicativas nº 15 e 16 a Companhia reconhece provisão em contraparte ao respectivo ativo imobilizado ou intangível (no caso de concessões) à medida que dispõem resíduos nos aterros, gerando a obrigação que é reconhecida conforme competência, considerando que os custos futuros para os espaços não utilizados não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade tendo em vista a variação das estimativas de acordo com a característica dos resíduos, velocidade de disposição e inovações tecnológicas. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- a. As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 10,96% (11,42% em 2012).
- b. As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

7.1 Mudanças das políticas contábeis

Exceto pelas mudanças destacadas abaixo, o Grupo tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 8 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O Grupo adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013.

- CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas
- CPC 19 (R2) / IFRS 11 Negócios em Conjunto;
- (a) CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Como resultado das modificações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10, o Grupo mudou sua política contábil para determinar quando ele tem controle sobre e, conseqüentemente, quando ele consolida suas investidas.

O CPC 36 (R3) / IFRS 10 introduziu um novo modelo de controle que foca na existência de poder do Grupo sobre uma investida, sua exposição ou direito aos retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e a habilidade de usar seu poder para afetar esses retornos.

Após a adoção destes novos critérios a Administração avaliou que determinados investimentos que antes eram controlados tornaram se negócios controlados em conjunto, são eles:

- Vega Valorização de Resíduos S.A.;
 - INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A.;
 - Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.;
 - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.;
 - SBC Valorização de Resíduos S.A.;
 - Abrantes Ambiental Ltda.
- (b) CPC 19 (R2) / IFRS 11 Negócios em Conjunto

Como resultado das modificações ao CPC 19 (R2) / IFRS 11, o Grupo alterou sua política contábil de contabilização de seus investimentos em negócios em conjunto.

De acordo com o CPC 19 (R2) / IFRS 11, o Grupo classificou seus investimentos em negócios em conjunto como operações em conjunto (se o Grupo possui direito aos ativos, e obrigações quanto aos passivos, relacionados ao acordo contratual) ou empreendimentos controlados em conjunto (se o Grupo possui direito somente aos ativos líquidos do acordo contratual).

Ao realizar essa avaliação, o Grupo considerou a estrutura dos acordos, a forma legal de qualquer veículo separado, os termos contratuais do acordo e outros fatos e circunstâncias. Anteriormente, a estrutura do acordo contratual era o único foco da classificação.

A adoção das novas regras contábeis estabelecidas no CPC 19 (R2) e CPC 36, resultou em alterações relevantes na forma de consolidação dos investimentos mantidos pelo Grupo nas subsidiárias diretas e indiretas.

A principal alteração em relação à política contábil adotada em exercícios anteriores é a eliminação da consolidação proporcional para os investimentos em entidades controladas em conjunto, que de acordo com o novo pronunciamento passam a ser contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

Essa alteração produz impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentadas em 31 de dezembro de 2012, conforme evidenciado a seguir:

Balanco Patrimonial Consolidado 2012

	Impactos das mudanças políticas contábeis			
	Anteriormente apresentado	Erro de período anterior (nota 7.2)	Ajustes	Reapresentado (controladas)
Em milhares de reais				
Ativo circulante	421.148	-	(206.406)	214.742
Ativo não circulante	382.182	6.000	(104.909)	271.273
Investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto	-	-	59.097	59.097
Intangível	114.532	6.000	(8.731)	99.801
Total dos ativos	803.330	-	(317.315)	486.015
Passivo circulante	408.083	-	(227.409)	180.674
Passivo não circulante	167.731	4.251	(56.449)	107.031
Fornecedores e outras contas a pagar	14.657	4.251	(11.466)	7.442
Total dos passivos	575.814	-	(283.858)	287.705
Patrimônio líquido	227.516	1.749	(27.457)	198.310
Resultado Financeiro	(17.859)	1.749	3.448	(16.160)
Participação dos não controladores	30.956	-	(30.956)	-
Total do patrimônio líquido	227.516	1.749	(27.457)	198.310
Total dos passivos e patrimônio líquido	803.330	-	(317.315)	486.015

Demonstrações do Resultado Consolidado 2012

Em milhares de reais	Impactos das mudanças políticas contábeis			
	Anteriormente apresentado	Erro de período anterior (nota 7.2)	Ajustes	Reapresentado (controladas)
Receita bruta dos serviços prestados	1.123.719	-	(665.216)	458.503
(Impostos incidentes sobre serviços prestados)	(152.004)	-	97.055	(54.949)
Receita líquida	971.715	-	(568.160)	403.555
Custo dos serviços prestados	(727.288)	-	410.332	(316.956)
Receitas (despesas) operacionais	(90.529)	-	79.728	(10.801)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(17.859)	1.749	7.846	(11.762)
Imposto de renda e contribuiçõ social	(49.757)	-	41.874	(7.883)
Participação de não controladores	(31.876)	-	31.876	-
Lucro líquido do exercício	54.404	1.749	3.497	56.153

Demonstrações do Fluxo de Caixa Consolidado 2012

Em milhares de reais	Impactos das mudanças políticas contábeis			
	Anteriorment e apresentado	Erro de período anterior (nota 7.2)	Ajustes	Reapresentado (controladas)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	127.050	-	(103.281)	23.769
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(142.737)	-	60.799	(81.938)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	109.912	-	(34.308)	75.604
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	94.226	-	(76.791)	17.435
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.774	-	(7.268)	16.506
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	118.000	-	(84.059)	33.941
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	94.226	-	(76.791)	17.435

7.2 Erro de período anterior

Consolidado

Os ajustes de erro de período anterior referem-se exclusivamente ao reconhecimento de obrigação oriunda da transação de compra da investida BOB ocorrida no exercício de 2011, sendo Ágio de R\$6.000 e AVP R\$1.749 em 2012.

Controladora

Os mesmos efeitos demonstrados nos quadros acima se aplicam as demonstrações da controladora. Além disso, na controladora houve reapresentação de ativo não circulante intangível para ativo não circulante investimentos no valor de R\$26.584 para atendimento do ICPC 09 (R1).

8 Principais políticas contábeis

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis:

- (a) Procedimentos de consolidação e investimentos em controladas, entidades controlados em conjunto e coligadas;
- (b) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);
- (c) Estoques;
- (d) Imobilizado;
- (e) Ágio;
- (f) Intangível;
- (g) Instrumentos financeiros;
- (h) Ativos arrendados;
- (i) Contratos de concessão;
- (j) Fornecedores;
- (k) Distribuição de dividendos;
- (l) Imposto de renda e contribuição social;
- (m) Reconhecimento das receitas;
- (n) Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis;
- (o) Demonstração dos fluxos de caixa;
- (p) Demonstração do resultado abrangente;
- (q) Demonstração do valor adicionado.

a. Procedimentos de consolidação e investimentos em controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o IAS 27 (equivalente ao CPC 36), combinando as Demonstrações Financeiras da Controladora de suas controladas, linha a linha, ou seja, somando os saldos de itens de mesma natureza: ativos, passivos, receitas e despesas.

As Demonstrações Financeiras consolidadas refletem a eliminação de contas correntes, receitas e despesas representativas de transações entre partes relacionadas, bem como da equivalência patrimonial no patrimônio e no resultado da controladora.

A relação das controladas e entidades controladas em conjunto e seus respectivos percentuais de participação, utilizado para aplicação do método de equivalência patrimonial, está apresentada na nota explicativa nº 14.

- **Controladas**

Entidades controladas são aquelas, incluindo as não constituídas sob a forma de sociedade, (tais como uma parceria ou projeto, nas quais a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas), é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

- **Entidades controladas em conjunto**

Entidades controladas em conjunto (*joint venture*) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica, e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

De acordo com o IAS 31 (CPC 19), os investimentos em empreendimentos em controladas em conjunto devem ser reconhecidos utilizando o método de equivalência patrimonial. Por esse método, o registro de investimento é realizado de forma proporcional nos ativos líquidos das controladas em conjunto.

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto também são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A existência de acordo contratual distingue as participações que envolvem o controle conjunto dos investimentos em coligadas em que a controladora tem influência significativa.

- **Coligadas**

Coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa sobre a investida, porém, não tem poder de participar em decisões sobre as políticas financeiras e operacionais daquela investida.

O investimento em coligada deve ser reconhecido pelo método da equivalência patrimonial, inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição.

b. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade considera, entre outras, as seguintes indicações:

- Fontes externas de informação
 - (i) durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
 - (ii) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- Fontes internas de informação:
 - (i) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
 - (ii) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado;
 - (iii) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os saldos de ágio decorrentes da combinação de negócios têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, conforme descrito na nota explicativa nº14. Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*Impairment* - deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa.

Quando a perda por recuperação ao valor recuperável do ativo imobilizado ou intangível é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c. Estoques

O estoque é composto por material de manutenção, materiais de consumo na operação e equipamentos de proteção individual (EPI). Eles são avaliados pelo custo de aquisição.

Quando o custo de aquisição é menor que o valor de mercado, é reconhecida uma provisão para redução do valor contábil em contrapartida a uma despesa na demonstração do resultado.

d. Imobilizado

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se refere ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que possam trazer benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança.

Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas.

O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o IAS 8 (equivalente ao CPC 23).

A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo ou, nos aterros sanitários, a quantidade de resíduos depositada em comparação com a capacidade total do ativo. As taxas de depreciação utilizadas para cada classe de ativos estão descritas na nota explicativa nº15.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em “Outros ganhos/(perdas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

e. Ágio

Para as combinações ocorridas a partir de 1 de janeiro de 2009, seguindo o definido pelo IFRS 3 (equivalente ao CPC 15), o ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. Se a Companhia apura deságio, o montante será registrado como ganho no resultado do período, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que uma vez reconhecida não são revertidas. Os ganhos e perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ágios e deságios na aquisição de controladas da Companhia foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 com prazo máximo de amortização de 10 anos, tendo como base a expectativa de resultados futuros das controladas. A amortização dos ágios suportados com base na expectativa de resultados futuros conforme descrito na nota explicativa nº16, deixou de ser

efetuada conforme requerido pelo OCPC 2 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações financeiras de 2008, a partir de 1º de janeiro de 2009, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo pronunciamento técnico CPC 1, considerando que se trata de intangíveis com vida útil indefinida.

f. Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.

Os ativos referentes aos contratos de concessão e registrados como ativo intangível foram reconhecidos conforme descritos nas notas explicativas 8i. e 34.

g. Instrumentos financeiros

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

h. Ativos arrendados

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a

Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia

baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

i. Contratos de concessão

No dia 30 de novembro de 2006, o IFRIC publicou o IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que regula o tratamento contábil que deve ser aplicado pelo concessionário em relação aos contratos de concessão, a partir dos exercícios encerrados após 1 de janeiro de 2008. Em 2010, o CPC emitiu o ICPC 1, aplicável para os exercícios findos a partir de 1 de janeiro de 2010.

Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a Administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegada o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido ou seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto no IFRIC 12, quando:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- o concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável da infraestrutura registrada como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação (bens doados) não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

j. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no mínimo legal definido pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, conforme nota explicativa nº25.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

Novas informações pode se tornar disponíveis, o que levaria o Grupo a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

m. Reconhecimento das receitas

As receitas são mensuradas pelos valores justos das contraprestações recebidas ou a receber, deduzidas de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos. Na maior parte das transações da Companhia, a contraprestação é feita na forma de caixa ou equivalente de caixa e o valor da receita é o valor recebido ou a receber.

As receitas de venda de produtos são reconhecidas quando entregues (ou quando a Companhia transfere para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens).

- ***Prestação de serviços - resíduos***

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do comprador.

As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.

- ***Receita com crédito de carbono***

Os Créditos de Carbono são produzidos pela queima do biogás nos aterros da controlada Battre, levados à estoque pelo seu custo de produção e a receita é reconhecidas pela comercialização dos créditos certificados ou à certificar, mediante contrato de venda para entrega futura ou venda simples.

- ***Contratos de construção***

A receita de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e os pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato.

O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nas receitas consolidadas estão incluídas receitas de construção advindas de contratos de concessão, conforme descrito na nota explicativa nº34.

n. Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce diversos julgamentos para definir o tratamento contábil mais apropriado para aplicar a certas transações, quando os padrões de IFRS efetivos e interpretações não tratarem de assuntos específicos.

Isto se aplica, particularmente, em relação ao reconhecimento de contratos de concessão (conforme descrito na nota explicativa nº34.).

De acordo com IAS 1 (equivalente ao CPC 26), os ativos e passivos circulantes e não circulantes são apresentados separadamente nas Demonstrações Financeiras. Para a maioria das atividades da Companhia, a segregação entre circulante e não circulante é baseado no período esperado em que os ativos serão realizados e os passivos liquidados. Quando a expectativa de realização dos ativos e passivos é em um período de até 12 meses após a data de apresentação das Demonstrações Financeiras, eles são classificados como circulantes. Caso contrário, são classificados como não circulante.

o. Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

p. Demonstração do resultado abrangente

No Brasil é obrigatório que as demonstrações do resultado do período e do resultado abrangente sejam apresentadas separadamente. A demonstração do resultado abrangente começa com o resultado líquido do período e inclui os outros resultados abrangentes.

Resultados abrangentes totais são as mutações no patrimônio líquido durante o período com exceção daquelas mutações resultantes de transações com sócios na qualidade de proprietário.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elabora, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras consolidadas, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a apresenta como parte integrante das suas Demonstrações Financeiras divulgadas ao final de cada exercício.

A preparação da DVA consolidada baseia-se nas demonstrações consolidadas e evidencia a participação dos sócios não controladores, conforme requerido pelo CPC 9.

A DVA proporciona aos usuários das Demonstrações Financeiras informações relativas à riqueza criada pela Companhia no respectivo exercício, bem como a forma pela qual tais riquezas foram distribuídas.

A distribuição da riqueza criada é detalhada, da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) remuneração de capitais de terceiros; e d) remuneração de capitais próprios.

9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010)
- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)
- IFRIC 21 – Levies (Impostos)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais.

O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

O IFRIC 21 – Levies (Impostos) fornece orientações sobre quando reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles onde a data e o valor da taxa é certa.

A Interpretação aborda a contabilização de saídas impostas a entidades por parte dos governos (incluindo agências governamentais e órgãos semelhantes) de acordo com as leis e / ou regulamentos.

No entanto, ele não inclui o imposto de renda (ver IAS 12 Impostos sobre o Rendimento), multas e outras penalidades, responsabilidades decorrentes de regimes de comércio de emissões e saídas no âmbito de outras Normas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

10 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão do Grupo de estrutura de gerenciamento de risco. O Conselho estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. A comissão reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

- ***Risco de mercado***

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros pré-fixadas ou pós-fixadas, essas indexadas em quase sua totalidade ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI e a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Foram efetuados testes de sensibilidades para cenários adversos, com deterioração superior e inferior a taxa do CDI em 10% e não se observou impactos substanciais de aumento ou redução na dívida líquida das empresas.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade

A companhia e suas controladas mantêm quase a totalidade de seus empréstimos e aplicações financeiras indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Foram efetuados testes de sensibilidades para cenários adversos, com deterioração superior e inferior a taxa do CDI em 10% e não se observou impactos substanciais de aumento ou redução na dívida líquida das empresas.

Contratos de concessão

Como a Companhia administra contratos de concessão, algumas de suas controladas foram constituídas com fins específicos de promover a execução de contratos de concessão. A continuidade da operação destas controladas depende da manutenção dos encargos e responsabilidades definidos nos contratos. Em algumas situações, como se trata de serviços de interesse público, o Poder concedente tem o direito de rescindir o Contrato de concessão antes do término ou ainda não autorizar a sua renovação.

Ademais, considerando que algumas controladas executam a gestão de contratos de concessão, elas possuem um único cliente por contrato. Essas controladas apresentam risco de não recebimento ou recebimento em atraso por parte destas municipalidades, podendo afetar a gestão do fluxo de caixa.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados, na maioria dos contratos de concessão, anualmente, com base na variação do IGP-M e em índices definidos pelo Poder concedente, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia e suas controladas, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modalidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro do grupo.

- *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos e privados, incluindo contas a receber em aberto.

Concentração de receitas

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente.

Por prestarem serviços essenciais e de utilidade pública, o risco dessas companhias deixarem de receber de seus clientes pode ser considerado mínimo. O máximo que pode ocorrer quando o cliente apresentar problemas orçamentários temporais é querer postergar o pagamento, porém nesses casos não há um histórico efetivo de perda de crédito.

- *Risco de liquidez*

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento próprio. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a

Companhia dispõe de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver a sua operação.

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2013	Consolidado				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	100.809	26.444	30.867	12.075	170.195
Debêntures	7.970	15.554	46.669	-	70.193
Fornecedores e outras contas a pagar	53.025	8.652	-	-	61.677
Salários, benefícios e encargos	20.986	-	-	-	20.986
Impostos, taxas e contribuições	25.199	-	-	-	25.199
Passivo fiscal diferido	-	12.073	-	-	12.073
Provisões	-	1.454	-	6.198	7.652
Adiantamentos de clientes	27	4.790	-	-	4.817
	<u>208.016</u>	<u>68.967</u>	<u>77.536</u>	<u>18.273</u>	<u>372.792</u>

Em 31 de dezembro de 2012	Consolidado				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	93.357	31.549	45.241	5.901	176.048
Fornecedores e outras contas a pagar	50.501	4.187	-	-	54.688
Salários, benefícios e encargos	17.179	-	-	-	17.179
Impostos, taxas e contribuições	19.233	-	-	-	19.233
Passivo fiscal diferido	294	8.405	-	-	8.699
Dividendos e juros capital próprio a pagar	-	-	-	-	-
Provisões	-	4.976	-	-	4.976
Adiantamentos de clientes	109	6.771	-	-	6.880
	<u>180.674</u>	<u>55.888</u>	<u>45.241</u>	<u>5.901</u>	<u>287.703</u>

b. Gerenciamento de Capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitirem novas ações ou reduzir capital.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo capital próprio total. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalente de caixa. O Capital

próprio total é representado pela soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2013	2012
Passivo circulante e passivo não circulante	372.392	287.705
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(14.179)	(33.941)
Dívida líquida	358.213	253.764
Patrimônio líquido	244.338	198.310
Capital total	602.551	452.074
Índice de alavancagem	0,59	0,56

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estão demonstrados a seguir:

		Consolidado			
		2013		2012	
	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	14.179	14.179	33.941	33.941
Contas a receber de clientes e outros créditos	Empréstimos e recebíveis	332.257	332.257	194.062	194.062
Total		346.436	346.436	228.003	228.003
Passivos financeiros:					
Fornecedores e outras contas a pagar	Mens. pelo custo amortizado	61.677	61.677	54.688	54.688
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Mens. pelo custo amortizado	240.388	240.388	176.048	176.048
Total		302.065	302.065	230.736	230.736

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) o instrumento de proteção cambial, que está mensurado ao valor justo por meio do resultado (ii) aplicações financeiras (vide nota explicativa nº12) que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (iii) ativo financeiro dos contratos de concessão (vide nota explicativa nº34) que está mensurado ao valor justo por meio do resultado por representar os custos investidos em infraestrutura (bens reversíveis), que de outra forma seriam classificados como mantidos para venda. Desta forma, as contas a receber de clientes estão classificadas como empréstimos e recebíveis, fornecedores e demais contas a pagar estão classificadas como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

d. Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme o CPC n. 40, “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. Adicionalmente, o IFRS No. 7 estabelecem uma classificação hierárquica em três níveis para mensuração do valor justo, com as seguintes definições:

- Nível 1 – Trata-se de preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – Utilizam-se outras informações, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações constatadas no mercado para evidenciar a integridade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 – Inserções para ativos ou passivos que não são baseadas nos dados apresentados pelo mercado. Ou seja, as informações são indisponíveis, reflexo da baixa ou nenhuma atividade de mercado e que são relevantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

		Consolidado			
Categoria		Nível 1	Nível 2	Nível 3	justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	14.179	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	Empréstimos e recebíveis	332.257	-	-	-
Total		346.436	-	-	-

11 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a questões ambientais é necessária atualmente com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

12 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Caixa	81	60	96	67
Bancos	4.914	12.272	6.576	18.165
Aplicações financeiras:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	<u>4.766</u>	<u>8.726</u>	<u>7.507</u>	<u>15.709</u>
	<u>9.761</u>	<u>21.058</u>	<u>14.179</u>	<u>33.941</u>

Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileira.

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósitos bancários, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 10.

13 Contas a receber de clientes e outros créditos

São compostas como segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Cientes Públicos:					
Valores faturados		58.550	43.809	108.727	74.720
Medições a faturar		38.041	25.909	55.999	40.530
Total		96.591	69.718	164.726	115.250
Cientes Privados:					
Valores faturados		2.487	1.071	2.816	3.624
Medições a faturar		395	224	393	305
Total		2.882	1.295	3.209	3.929
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.525)	(1.442)	(1.525)	(1.442)
Total contas a receber de clientes, líquidos		97.948	69.571	166.410	117.737
Cientes circulante		83.730	63.349	140.712	107.369
Cientes não circulante		14.218	6.222	25.698	10.368
Partes relacionadas	31	158.557	72.558	152.749	66.752
Outros créditos		10.060	9.426	13.098	9.572
Total circulante		171.488	82.964	222.264	123.487
Total não circulante		95.077	68.591	109.993	70.575
Total		266.565	151.555	332.257	194.062

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O Aging list das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valores a vencer	23.217	23.790	49.870	35.909
Vencidos:				
Até 30 dias	84.146	22.113	83.358	26.138
Entre 31 e 60 dias	9.360	4.528	11.319	8.088
Entre 61 e 90 dias	14.902	4.472	16.059	4.747
Entre 91 e 180 dias	13.766	7.189	16.353	13.920
Entre 181 e 360 dias	23.787	23.696	30.245	24.320
Acima de 360 dias	98.913	67.209	126.578	82.382
PCLD (a)	(1.525)	(1.442)	(1.525)	(1.442)
Total	266.565	151.555	332.257	194.062

A PCLD é calculada apenas sobre clientes privados. Os vencidos a mais de 360 referem-se basicamente a clientes públicos e partes relacionadas.

Dos principais saldos vencidos a mais de 180 dias, aproximadamente 95% referem-se a clientes públicos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada exclusivamente para clientes privados, foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2013, as contas a receber possuem montantes vencidos há longa data junto a clientes públicos, sendo R\$6.222 da Prefeitura do Município de São Paulo/SP, R\$23.834 da Prefeitura do Município de São Leopoldo/RS. Para esses casos, a Companhia intentou e mantém ação judicial de cobrança dos valores a receber em razão da inadimplência acima da média do setor.

Para as contas de ativos e passivos monetários, tanto de curto como de longo prazo, a Companhia e suas controladas avaliaram os impactos decorrentes do ajuste a valor presente e não houve necessidade de se registrar um ajuste a valor presente, conforme requerido no CPC 12 “Ajuste a valor presente”.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 2013 é apresentada com segue:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2012	(1.442)
Créditos provisionados no exercício	(276)
Créditos baixados definitivamente da posição	193
Saldo em 31/12/2013	(1.525)

14 Investimentos

O saldo do investimento é demonstrado no quadro abaixo:

Empresas controladas	Capita l social	Participaçã o societária %	Patrimôni o líquido	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2013	31/12/2012
BATTRE	1.400	100,00%	1.400	10.340	10.340	1.400	1.400
SÃO CARLOS AMBIENTAL	10	100,00%	(897)	(893)	(893)	(897)	(4)
SL AMBIENTAL	1.027	100,00%	1.232	83	83	1.232	1.232
FARROUPILHA	181	100,00%	217	281	281	217	217
RIO GRANDE AMBIENTAL	435	100,00%	522	1.383	1.383	522	522
ÁGUAS CLARAS	-	100,00%	(2)	(2)	(2)	(2)	-
GUAMA	4.030	100,00%	909	(2.222)	(2.222)	909	3.131
Total dos investimentos em controladas					8.971	3.382	6.498

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Empresas controladas em conjunto	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2013	31/12/2012
INOVA	1.000	51,00%	6.437	33.018	16.839	3.283	1.020
VVR	32.370	50,00%	34.432	15.573	7.767	17.216	16.842
ALFENAS	1.231	51,00%	1.231	559	285	628	608
RIOPAR	(a)	70,00%	(a)	16.857	11.800	4.884	26.439
VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL	(a)	51,00%	(a)	3.426	1.747	-	12.024
BOECHAT	4.548	51,00%	5.620	1.701	867	2.866	1.999
ABRANTES AMBIENTAL	133	57,14%	133	4.296	2.455	76	76
HERA AMBIENTAL	6.258	50,00%	14.487	554	277	7.243	-
PIAUI AMBIENTAL	3.077	51,00%	4.276	(636)	(324)	2.181	-
TERMOVERDE	(a)	49,00%	(a)	2.320	1.137	-	-
BIOTÉRMICA	7	34,30%	(22)	(23)	(16)	(15)	1
SBC	13.984	75,00%	24.586	10.582	7.936	18.439	90
Total dos investimentos em controladas em conjunto					50.771	56.801	59.099
Ágio:							
BIOTÉRMICA						1.490	1.490
BOECHAT						10.463	10.463
RIOPAR						1.536	13.335
HERA						2.284	-
PIAUI						10.811	-
					-	26.584	25.288
Total dos investimentos controladora					59.742	86.767	90.885

(a) Empresas alienadas em 2013 conforme descrito na nota explicativa 2.

As mutações dos investimentos são compostas pelas seguintes movimentações ocorridas em 2013:

Empresas controladas	Controladora		Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aumento de capital/Aquis. de Investimentos	Alienação de investimento	Outras movimentações	Saldo de investimento em 31/12/2013
	Saldo de investimento em 31/12/2012	Equivalência patrimonial					
BATTRE	1.400	10.340	(10.340)	-	-	-	1.400
SÃO CARLOS AMBIENTAL	(4)	(893)	-	-	-	-	(897)
SL AMBIENTAL	1.232	83	(83)	-	-	-	1.232
FARROUPILHA	217	281	(281)	-	-	-	217
RIO GRANDE AMBIENTAL	522	1.383	(1.383)	-	-	-	522
GUAMA	3.131	(2.222)	-	-	-	-	909
ÁGUAS CLARAS	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Total dos investimentos em controladas	6.498	8.971	(12.088)	-	-	-	3.382

Empresas controladas em conjunto	Saldo de investimento em 31/12/2012	Equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aumento de capital/Aquis. de Investimentos	Alienação de investimento	Outras movimentações	Saldo de investimento em 31/12/2013
INOVA	1.020	16.839	(14.576)	-	-	-	3.283
VVR	16.842	7.771	(7.397)	-	-	-	17.216
ALFENAS	608	285	(573)	308	-	-	628
RIOPAR	26.439	11.800	(11.759)	-	(29.624)	3.144	-
VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL	12.024	1.747	-	-	(13.772)	-	-
BOECHAT	1.999	867	-	-	-	-	2.866
ABRANTES AMBIENTAL	76	2.455	(2.455)	-	-	-	76
HERA AMBIENTAL	-	277	-	6.966	-	-	7.243
PIAUI AMBIENTAL	-	(328)	-	2.585	-	(76)	2.181
TERMOVERDE	-	1.137	(1.137)	4.672	(4.672)	-	-
BIOTÉRMICA	1	(16)	-	-	-	-	(15)
SBC	90	7.936	-	10.413	-	-	18.439
	59.099	50.771	(37.897)	24.944	(48.068)	3.068	51.917
Ágio:							
BIOTÉRMICA	1.490	-	-	-	-	-	1.490
BOECHAT	10.463	-	-	-	-	-	10.463
RIOPAR	13.335	-	-	-	(6.915)	-	6.420
HERA	-	-	-	2.284	-	-	2.284
PIAUI	-	-	-	10.811	-	-	10.811
Total dos investimentos em controladas em conjunto	84.387	50.771	(37.897)	38.039	(54.983)	3.068	83.384
Total dos investimentos da controladora	90.885	59.742	(49.984)	38.039	(54.983)	3.068	86.767

15 Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos					
- aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	16.980	(3.894)	13.086	1.281
Terrenos e Edificações e					
Construção Civil		4.029	(80)	3.949	5.651
Benfeitorias em bens de terceiros	20	3.751	(563)	3.188	2.777
Máquinas e equipamentos	10	8.123	(977)	7.146	6.173
Móveis e utensílios	12,5	1.476	(477)	1.000	693
Equipamentos de informática	23,5	1.569	(851)	718	670
Veículos e equipamentos		15.470	(2.675)	12.796	8.532
Imobilizado em andam.	-	13.614	-	13.614	12.002
		65.012	(9.516)	55.495	37.778

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval da Companhia. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos através de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos através da alienação fiduciária dos bens.

Imobilizados em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, os principais ativos em construção referem-se à aterros sanitários.

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

	2012	Adição	Baixa	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Transf.	2013
Custo do Imobilizado						
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:						
Aterro e infra em aterros	3.172	7.013	-	47	2.564	12.796
Terrenos e Edificações e Construção Civil	3.115	82	(318)	-	1.150	4.029
Benfeitorias em bens de terceiros	2.935	425	-	-	391	3.751
Máquinas e equipamentos	6.425	1.699	(1)	-	-	8.123
Móveis e utensílios	671	374	(34)	-	(1)	1.010
Equipamentos de informática	775	220	(20)	-	1	976
Veículos e equipamentos	9.665	17.971	(12.670)	-	504	15.470
Imobilizado em andamento	11.746	4.242	-	-	(4.609)	11.379
	38.504	32.026	(13.043)	47	-	57.534
Depreciação						
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:						
Aterro e infra em aterros	(1.747)	(431)	-	(47)	-	(2.225)
Terrenos e Edificações e Construção Civil	(5)	(74)	-	-	-	(79)
Benfeitorias em bens de terceiros	(153)	(407)	-	-	-	(560)
Máquinas e equipamentos	(200)	(748)	-	-	-	(948)
Móveis e utensílios	(147)	(90)	10	-	-	(227)
Equipamentos de informática	(242)	(169)	8	-	-	(403)
Veículos e equipamentos	(1.144)	(3.823)	2.249	-	-	(2.718)
	(3.637)	(5.742)	2.267	(47)	-	(7.160)
Líquido	34.868	26.284	(10.776)	-	-	50.374

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	17.026	(3.940)	13.086	1.281
Terrenos e Edificações e Construção Civil		4.029	(80)	3.949	5.651
Benfeitorias em bens de terceiros	20	3.751	(563)	3.188	2.777
Máquinas e equipamentos	10	8.123	(977)	7.146	6.173
Móveis e utensílios	12,5	1.476	(477)	999	693
Equipamentos de informática	23,5	1.569	(851)	718	670
Veículos e equipamentos		15.470	(2.675)	12.795	8.532
Imobilizado em andam.	-	13.614	-	13.614	12.002
		65.058	(9.563)	55.495	37.778

As mutações do imobilizado consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Imobilizado	2012	Adição	Baixa	Custo de fechamento e monitoramento de aterro	Transf.	2013
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:						
Aterro e infra em aterros	3.172	7.013	-	1.646	5.149	16.980
Terrenos e Edificações e Construção Civil	5.699	82	(317)	-	(1.435)	4.029
Benfeitorias em bens de terceiros	2.935	425	-	-	391	3.751
Máquinas e equipamentos	6.425	1.699	(1)	-	-	8.123
Móveis e utensílios	1.055	456	(34)	-	(1)	1.476
Equipamentos de informática	1.302	286	(20)	-	1	1.569
Veículos e equipamentos	9.665	17.971	(12.669)	-	503	15.470
Imobilizado em andamento	12.002	6.474	-	-	(4.863)	13.613
	42.256	34.406	(13.041)	1.646	(255)	65.011
Depreciação	2012	Adição	Baixa	Custo de fechamento e monitoramento de aterro	Transf.	2013
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:						
Aterro e infra em aterros	(1.891)	(357)	-	(1.646)	-	(3.894)
Terrenos e Edificações e Construção Civil	(48)	(32)	-	-	-	(80)
Benfeitorias em bens de terceiros	(158)	(405)	-	-	-	(563)
Máquinas e equipamentos	(252)	(725)	-	-	-	(977)
Móveis e utensílios	(362)	(124)	9	-	-	(477)
Equipamentos de informática	(632)	(227)	8	-	-	(851)
Veículos e equipamentos	(1.133)	(3.790)	2.248	-	-	(2.675)
	(4.477)	(5.660)	2.265	(1.646)	-	(9.517)
Líquido	37.778	28.746	(10.776)	-	(255)	55.495

(*) As transferências referem-se a imobilizados em andamento encerrados, transferências para o intangível e reclassificações entre contas para melhor apresentação.

Os custo de fechamento e monitoramento de aterros refere-se ao Aterro Inertes Salvador.

16 Intangível

O saldo do consolidado é composto como segue:

Intangível

	Tx Média Anual %	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	106.749	(47.078)	59.671	49.805
Infraestrutura em transbordos	10	7.480	(4.396)	3.084	3.479
				-	
Edificações	3,11	27	(2)	25	26
Benfeitorias em bens de terceiros	9	3.137	(911)	2.226	2.262
Máquinas e equipamentos	10	17.297	(11.811)	5.486	6.087
Veículos e equipamentos	20	10.520	(7.830)	2.690	3.298
Intangível em andam.	-	7.019	-	7.019	9.453
Software	20	239	(149)	90	102
Ágio		26.584	-	26.584	25.288
		179.051	(72.177)	106.875	99.801

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Intangíveis em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a aterros sanitários.

As mutações do intangível estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Intangível	2012	Adição	Baixa	Valor justo ativo intangível	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Transf.	Reorg. Societária	2013
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:								
Aterro e infra em aterros	88.498	9.222	-	-	1.692	7.337	-	106.749
Infraestrutura em transbordos	7.335	5	-	-	-	140	-	7.480
Edificações	27	-	-	-	-	-	-	27
Benfeitorias em bens de terceiros	2.934	77	-	-	-	126	-	3.137
Máquinas e equipamentos	16.569	880	(286)	-	-	134	-	17.297
Veículos e equipamentos	9.811	767	(58)	-	-	-	-	10.520
Intangível em andamento	9.453	3.207	-	-	-	(7.739)	-	4.921
Destinação	-	2.096	-	-	-	-	-	2.096
Software	212	27	-	-	-	-	-	239
Ágio	25.288	19.647	(16.683)	(1.668)	-	-	-	26.584
	160.127	35.928	(17.027)	(1.668)	1.692	(2)	-	179.051

Amortização	2012	Adição	Baixa	Valor justo ativo intangível	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Transf.	Reorg. Societária	2013
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:								
Aterro e infra em aterros	(38.693)	(6.693)	-	-	(1.692)	-	-	(47.078)
Infraestrutura em transbordos	(3.856)	(540)	-	-	-	-	-	(4.396)
Edificações	(1)	(1)	-	-	-	-	-	(2)
Benfeitorias em bens de terceiros	(672)	(239)	-	-	-	-	-	(911)
Máquinas e equipamentos	(10.482)	(1.616)	287	-	-	-	-	(11.811)
Veículos e equipamentos	(6.511)	(1.375)	56	-	-	-	-	(7.830)
Licença e direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	(110)	(39)	-	-	-	-	-	(149)
	<u>(60.326)</u>	<u>(10.503)</u>	<u>343</u>	<u>-</u>	<u>(1.692)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(72.177)</u>
Líquido	<u>99.801</u>	<u>25.425</u>	<u>(16.684)</u>	<u>(1.668)</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>106.875</u>

O total de adições em infraestrutura de aterros foi de R\$6.693, sendo que deste valor, R\$1.114 refere-se ao custo de financiamento junto ao BNDES à taxa Pré-fixada de 7,80% a.a.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Imparidade)

O Teste de imparidade dos ativos e dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio das controladas pela Companhia foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2013.

O valor recuperável foi estimado através do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a companhia espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa da companhia consolidado.

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Período Projetivo: 1 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2031, de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.

Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do *WACC (Weighted Average Cost of Capital)*, sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.

Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2013 a 2018 e de 2019 em diante foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de imparidade

Como resultado do teste de imparidade, nenhuma das unidades de negócio das subsidiárias da Companhia demonstrou perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda. Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Fornecedores		18.772	22.808	38.722	37.410
Partes relacionadas	31	5.773	6.596	22.517	15.978
Credores diversos		438	1.300	438	1.300
		<u>24.983</u>	<u>30.704</u>	<u>61.677</u>	<u>54.688</u>
Circulante		20.358	26.517	53.025	50.501
Não circulante		4.625	4.187	8.652	4.187

18 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa nº10.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	Consolidado	
			2013	2012
Recursos Finame	Pre fixado de 2,50% a.a. a 12,00% a.a. - TJLP de 3,616% a.a.	de Agosto/2008 a Novembro/2017	30.839	26.782
Conta garantida e capital de giro	CDI + 2,30% a.a. a 5,54% a.a.	de Fevereiro/2012 a Fevereiro/2014	91.051	113.403
Arrendamento mercantil	1,6% ^{aa} a 5,23% ^{aa} + CDI e Pré-fixada de 13,81% ^{aa} a 19,99% ^{aa}	De mai/13 a fev/17	3.794	4.932
BNDES	TJLP + 4,80% a.a. - Pre fixado 7,80% a.a.	de Dezembro/2012 a Abril/2023	44.511	30.931
Total			<u>170.195</u>	<u>176.048</u>
Circulante			100.809	93.357
Não circulante			69.386	82.691

A Companhia possui um financiamento bancário junto ao BNDES no montante de R\$20.987 em 31 de dezembro de 2013 cuja amortização se encerra em abril de 2023. O contrato possui garantias e cláusulas restritivas (covenants) que se encontram em discussão entre a Companhia e a instituição financeira considerando os impactos da aplicação inicial do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Os financiamentos com recursos do Finame estão garantidos pelos bens financiados. Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora na proporção de sua participação societária.

Os montantes da parcela não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento:	2013	2012
2014	-	31.549
2015	26.444	24.078
2016	13.861	11.244
2017	9.811	6.691
2018	7.195	3.228
2019	4.603	1.362
2020	2.242	1.362
2021	2.242	1.362
2022	2.242	1.362
2023	747	453
Total	69.386	82.691

19 Debentures

Composição

	Consolidado	
	Série	Emissão
Revita Engenharia S.A.	Única	05/12/2013
		<u>70.000</u>
Valores contábeis incluindo juros em 31/12/2013:		
Passivo circulante		7.970
Passivo não circulante		62.223
		<u>70.193</u>

Em 05 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu em série única 70 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000 totalizando uma captação de R\$70.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações com garantia adicional fidejussória.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Scotiabank Brasil S.A., coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% do CDI acrescidas de um spread de 2,25% ao ano.

A amortização será semestral a partir de 16 de junho de 2014 para a parcela de juros e a partir de 16 de dezembro de 2014 para amortização do valor nominal unitário. O vencimento final da operação ocorrerá em 16 de dezembro de 2018.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por fiança concedida pela Solví Participações.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto o vencimento antecipado das debêntures. Os covenants contratados são: dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros, ambos calculados sobre o consolidado Revita.

20 Salários, benefícios e encargos sociais

Os saldos das contas de salários e encargos trabalhistas nos períodos findos em 31 de dezembro 2013 e 2012 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários	3.732	2.934	4.512	3.581
Encargos trabalhistas	2.682	1.787	3.130	2.155
Férias	9.310	7.087	11.235	8.788
Participação nos resultados	1.265	1.360	2.109	2.655
	16.989	13.168	20.986	17.179

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderiram a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado de contribuição definida conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$836 (R\$772 em 2012) no consolidado, os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisões para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, nos valores de R\$1.265 para a Companhia e R\$2.109 no consolidado.

21 Provisões

	Consolidado	
	2013	2012
Contingências	1.453	470
Urbanização de aterro	6.199	4.506
	7.652	4.976

a. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os

prognósticos feitos por seus assessores legais. Os saldos finais, após a dedução dos respectivos depósitos judiciais, estão demonstrados a seguir:

As mutações das contingências estão demonstradas conforme segue:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2012	25	445	470
Adições	16	1.799	1.815
Reversões	(25)	(391)	(416)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31/12/2013	16	1.853	1.869
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados	-	(416)	(416)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	16	1.437	1.453

b. Provisão para urbanização de aterros

A Companhia reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários no montante de R\$2.285 (R\$1.769 em 2012). O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juro de 10,96 % ao ano (11,42% em 2012). A taxa de juro de desconto inclui as melhores estimativas da administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Urbanização de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- o tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações contábeis, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2013:

	Consolidado	
	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro	4.506	5.936
Provisões constituídas	2.285	1.769
Reversões/realizações	(592)	(3.199)
Saldo em 31 de dezembro	6.199	4.506

22 Dividendos a receber

São compostos como segue:

	<u>Saldo a Receber</u>	
	2013	2012
Battre	496	2.048
Farroupilha	281	777
RGA	314	2.242
SL Ambiental	83	1.184
Abrantes	455	1.188
Alfenas	573	-
Inova	4.377	16.285
VVR	-	13.097
SBC	3.091	3.091
Riopar	9.847	3.870
Termoverde Salvador	267	-
	<u>19.784</u>	<u>43.782</u>

Os valores de dividendos a receber estão apresentados pelo saldo líquido, já remanescentes dos dividendos propostos e pagos no ano.

23 Impostos, taxas e contribuições

É composto como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
ISS sobre vendas	3.390	2.046	5.878	3.673
PIS sobre vendas	2.185	1.814	3.287	2.765
Cofins sobre vendas	9.406	6.371	14.288	10.589
Imposto de renda fonte	579	395	709	514
Outros	366	572	776	908
Total	<u>15.926</u>	<u>11.198</u>	<u>24.938</u>	<u>18.449</u>

O Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que traz diversas alterações na legislação tributária federal, nos tributos Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins.

A MP 627/13 tem por objetivo principal harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 (IFRS).

Com isso, o Regime Tributário de Transição (RTT) será extinto. O novo regime tributário poderá ser adotado pelo contribuinte voluntariamente a partir de 01 de janeiro de 2014 ou mandatoriamente a partir de 01 de janeiro de 2015.

Os principais temas tratados na MP 627/13 foram: Revogação do regime tributário de transição, distribuição de lucros, incorporação, fusão e cisão, mais valia de ativos, ágio (goodwill), ganho por compra vantajosa (antigo deságio), avaliação a valor justo, recuperabilidade de ativos (impairment), controladas no exterior, contratos de concessão, despesa com emissão de ações, despesas pré-operacionais, variação cambial, contratos de longo prazo, subvenções para investimento, prêmio na emissão de debêntures, contratos de concessão, aquisição de participação societária em estágios, prejuízos não operacionais e arrendamento mercantil.

A Administração da Companhia vem efetuando uma avaliação das disposições contidas na MP 627, e seus consequentes impactos, esperando concluir até abril de 2014, quando a MP será convertida em Lei.

A partir da conversão em Lei, o governo federal deverá estabelecer as regras e o prazo para as empresas exercerem a opção da aplicabilidade das alterações introduzidas, se em 2014 ou somente a partir de 2015.

24 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e sua controlada possuíam registrados ativos e passivos de Imposto de Renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízos fiscais acumulados	5.748	1	12.988	3.326
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	645	32	1.453	484
Provisão para participação nos resultados	1.170	1.442	1.271	1.994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.525	1.442	1.525	1.442
Provisão para urbanização de aterro	194	147	6.198	4.506
Outros	505	(73)	(1.174)	(783)
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(18.988)	(15.151)	(33.832)	(24.012)
Total	(9.201)	(12.160)	(11.571)	(13.043)
Alíquotas - %	34	34	34	34
Imposto de Renda e contribuição social diferidos, líquidos	(3.128)	(4.134)	(3.934)	(4.435)
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais	91	-	(920)	(306)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(3.037)	(4.134)	(4.853)	(4.741)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativos	3.419	1.017	7.219	3.664
Imposto de Renda e contribuição social diferidos passivos	(6.456)	(5.151)	(12.073)	(8.405)

Em 31 de dezembro de 2013, a reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e das participações no resultado	49.875	60.843	55.474	64.036
Efeito RTT	2.743	(2.322)	(120)	(2.458)
	52.618	58.521	55.354	61.578
Alíquota nominal do Imposto de Renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Despesa esperada com Imposto de Renda e contribuição social	(17.890)	(19.897)	(18.820)	(20.937)
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	21.245	16.063	17.268	15.819
Despesas de gratificação, bônus e doações	(4.520)	(3.433)	(4.596)	(3.487)
Despesas com brindes/multas	(75)	(82)	(87)	(114)
Provisão Participação nos resultados	-	(153)	-	(717)
13º salário diretores	(188)	(136)	(245)	(186)
Provisão para o não-reconhecimento do IR diferido sobre prejuízo fiscal e diferimento temporário	(184)	-	(939)	(341)
Outras	2.630	2.949	2.841	2.080
	1.020	(4.689)	(4.579)	(7.883)
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social				
Corrente	(77)	(6.606)	(4.762)	(10.859)
Diferido	1.097	1.917	184	2.976

25 Patrimônio líquido

a. Capital realizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 está representado por 137.715.524 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$137.716 registrado na rubrica “Capital social”.

Conforme ata de assembleia geral extraordinária de 31 de dezembro de 2013 o capital da Companhia foi aumentado em R\$9.696. Adicionalmente a operação de incorporação do ágio da CRVR (vide nota 2) gerou um aumento de capital no montante de R\$1.536.

b. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Fundamentado no Artigo 202 § 4º da legislação societária, os dividendos mínimos não serão distribuídos no exercício corrente por serem incompatíveis com a atual situação financeira da Companhia.

Em 2013 a Companhia pagou o montante de R\$9.377 a títulos de dividendos referente a lucros apurados em exercícios anteriores.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações feitas pela Lei 11.638/07, e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

26 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Cientes públicos	293.947	270.352	417.500	403.935
Cientes privados	34.998	28.526	50.576	30.352
Total receita bruta de serviços	<u>328.945</u>	<u>298.878</u>	<u>468.076</u>	<u>434.287</u>
Receita de construção	-	-	13.814	24.216
Total receita bruta	<u>328.945</u>	<u>298.878</u>	<u>481.890</u>	<u>458.503</u>
Deduções sobre as vendas				
ISS	(13.005)	(12.399)	(19.115)	(18.363)
PIS	(5.428)	(4.931)	(7.078)	(6.525)
COFINS	(25.000)	(22.715)	(32.605)	(30.060)
Total de deduções sobre as vendas	<u>(43.433)</u>	<u>(40.045)</u>	<u>(58.798)</u>	<u>(54.948)</u>
Receita Líquida	<u>285.512</u>	<u>258.833</u>	<u>423.092</u>	<u>403.555</u>

A receita reconhecida com relação à construção em 2013 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto nos contratos de concessão (nota explicativa nº34) em 2013 são como seguem:

Empresa	Receita de construção	Custo de construção	Lucro bruto	Margem de lucro
Battre	6.830	(6.762)	68	1,0%
RGA	1.723	(1.723)	-	0,0%
Farroupilha	539	(539)	-	0,0%
São Carlos	4.615	(4.338)	277	6,0%
SLA	<u>107</u>	<u>(107)</u>	<u>-</u>	<u>0,0%</u>
Total	<u>13.814</u>	<u>(13.469)</u>	<u>345</u>	

27 Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(83)	(212)	(83)	(212)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	-	-	(8.249)
Patrocínios, brindes e doações	(3.157)	(1.475)	(3.214)	(1.561)
Propaganda e publicidade	(3.063)	(3.989)	(3.594)	(4.224)
Outros	<u>(258)</u>	<u>(189)</u>	<u>(318)</u>	<u>(266)</u>
Total	<u>(6.561)</u>	<u>(5.865)</u>	<u>(7.209)</u>	<u>(14.512)</u>

28 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Remuneração direta mão de obra	(12.961)	(9.991)	(14.000)	(13.932)
INSS	(2.690)	(1.957)	(3.025)	(2.286)
FGTS	(758)	(547)	(856)	(642)
Benefícios	(1.542)	(1.258)	(1.792)	(1.487)
Alugueis	(1.247)	(418)	(1.292)	(616)
Depreciação	(170)	(182)	(170)	(182)
Serviços de Terceiros	(9.573)	(10.349)	(10.930)	(12.141)
Tributos, Seguros e Contribuições	(648)	(415)	(1.833)	(820)
Viagens e Estadias	(1.802)	(998)	(1.802)	(1.001)
Outros	(928)	(623)	(1.026)	(709)
Total	(32.319)	(26.738)	(36.726)	(33.816)

29 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita (despesas) de aluguel	23	220	23	220
Resultado venda de imobilizado	24	-	93	-
Resultado de investimentos	-	72	(20)	76
Receitas eventuais	57	321	147	348
Total receitas	104	613	243	644
Despesas e provisões contingenciais	(1.310)	(525)	(2.210)	(48)
Patrocínio	(10.255)	(8.755)	(10.449)	(8.854)
Outras despesas e receitas	(1.093)	(79)	(5.356)	(737)
Total despesas	(12.658)	(9.359)	(18.015)	(9.639)
Total	(12.554)	(8.746)	(17.772)	(8.995)

30 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras:				
Ajuste de valor presente das contas a receber	-	1.749	-	1.749
Receitas juros sobre contratos de mútuo	5.920	2.378	5.071	1.929
Variação monetária	-	-	-	540
Rendimentos sobre aplicações financeiras	656	627	1.499	1.229
Juros recebidos e descontos obtidos	1.931	126	2.830	1.840
	8.507	4.880	9.400	7.287
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(146)	(82)	(201)	(685)
Despesas bancárias	(616)	(325)	(821)	(473)
Ajuste de valor presente das contas a receber	(539)	-	(539)	-
Despesas c/juros e descontos concedidos	(881)	(700)	(1.745)	(4.246)
Despesas juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(118)	(30)	(131)	(23)
Despesas multas e moras financeiras	(219)	(83)	(232)	(97)
Tributos sobre movimentações financeiras	(1.505)	(1.216)	(2.554)	(2.523)
Juros sobre financiamento	(12.445)	(5.657)	(19.337)	(11.002)
Provisão para perda	-	-	-	-
	(16.469)	(8.093)	(25.560)	(19.049)
Total geral	(7.962)	(3.213)	(16.160)	(11.762)

31 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia e suas controladas pagaram a seus administradores, em salários e remuneração variável um total de R\$7.974 (R\$7.891 em 2012).

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativa e financeira às respectivas partes relacionadas.

As contas a receber e pagar de partes relacionadas registradas no ativo não corrente refere-se, substancialmente, a recursos repassados às (captados das) controladas que são remuneradas por juros à taxa de aproximadamente 140% CDI.

a. Controladora

Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são demonstrados como segue:

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Empresa	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Abrantes Ambiental	698	1.036	-	-	689	1.617
Battre	1.067	1.102	24	-	-	-
Boechat	53	8	-	-	-	-
Companhia de Projetos Ambientais	-	45	-	-	(10)	45
Consórcio Porto para a Vida	-	-	95	-	-	-
CRVR	1.914	337	253	1.323	(5.951)	(6.005)
Essencis MG Soluções Ambientais	-	-	-	-	-	(1)
Farrroupilha	150	41	-	-	504	402
GPO - Gestão de Projetos e Obras	104	-	-	-	21	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	2	-	-	-	-	-
Guamá	60	-	-	-	-	-
Hera Ambiental	1	-	-	-	-	-
Inova Gestão de Resíduos Urbanos	9.284	4.134	18	-	24.183	16.722
Instituto Solvi	-	-	26	7	-	-
Koleta Ambiental	33	-	-	-	-	-
LOGA	62	-	1	-	-	-
Manaus Ambiental	3.339	633	-	-	-	-
Piauí Ambiental	85	-	-	-	-	-
Revita Engenharia	9	-	-	-	(638)	-
Rio Grande Ambiental	2.621	1.282	-	-	1.419	1.506
São Carlos Ambiental	1.054	166	-	-	781	833
Servy Participações	300	-	-	-	-	-
SL Ambiental	2.755	1.966	3	-	865	(324)
Solvi Participações	7	16	533	149	(2.044)	(1.991)
Solvi Projetos de Saneamento	179	17	-	-	-	-
Solvi Valorização Energética	9	-	2.256	-	-	-
Termoverde Salvador	656	-	53	-	-	-
Vega Engenharia Ambiental	1.014	555	826	54	(1.558)	204
Vega Valorização de Resíduos - VVR	55.229	-	-	-	(5.423)	(6.620)
Viasolo Engenharia Ambiental	33	-	-	-	-	-
	80.717	11.338	4.087	1.533	12.839	6.388
Recembolsos Administrativos e outros:						
Abrantes Ambiental	-	1.073	-	-	-	-
Battre	-	106	-	5	-	-
Boechat	-	52	-	-	-	-
CRVR	-	822	-	-	-	-
GPO - Gestão de Projetos e Obras	-	44	-	-	-	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	-	11	-	-	-	-
Guamá	-	6	-	-	-	-
Inova Gestão de Resíduos Urbanos	-	498	-	97	-	-
Koleta Ambiental	-	144	-	-	-	-
Manaus Ambiental	-	1.620	-	-	-	-
Rio Grande Ambiental	-	16	-	3	-	-
São Carlos Ambiental	-	52	-	8	-	-
SBC Valorização de Resíduos	2.666	162	-	-	-	-
SL Ambiental	-	67	-	17	-	-
Solvi Participações	-	11	-	124	(3.118)	(2.492)
Solvi Projetos de Saneamento	-	91	-	4	-	-
Solvi Valorização Energética	-	9	-	-	-	-
Vega Engenharia Ambiental	1.765	2.282	-	195	-	-
Viasolo Engenharia Ambiental	-	33	-	13	-	-
	4.431	7.099	-	466	(3.118)	(2.492)
Juros sobre capital próprio:						
Abrantes Ambiental	111	110	-	-	-	-
Solvi Participações	-	-	310	4.500	(8.335)	(7.143)
Vega Valorização de Resíduos - VVR	64	64	-	-	-	-
Viasolo Engenharia Ambiental	-	226	-	-	(226)	-
	174	400	310	4.500	(8.561)	(7.143)
Contratos de Mútuo:						
Abrantes Ambiental	-	-	-	-	15	9
Alfenas Ambiental	192	-	-	-	8	-
Battre	-	1.401	-	-	126	12
Boechat	4.015	7.327	-	-	741	720
Companhia de Inversões Ambientais - CIA	1.438	-	-	-	32	-
CRVR	11.594	-	-	-	277	(11)
Farrroupilha	-	12	-	-	53	57
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	530	954	-	-	115	16
Guamá	-	9.377	-	-	78	9
Koleta Ambiental	-	985	-	-	47	17
Piauí Ambiental	755	-	-	-	22	-
Rio Grande Ambiental	-	43	1	-	93	168
São Carlos Ambiental	8	1.360	-	-	241	15
SL Ambiental	-	-	-	-	258	180
Solvi Participações	3.630	-	-	-	75	-
Termoverde Salvador	304	275	-	-	31	4
Vega Engenharia Ambiental	50.538	27.261	-	97	3.191	1.106
Vega Valorização de Resíduos - VVR	232	4.726	232	-	518	45
Viasolo Engenharia Ambiental	-	-	1.141	-	(118)	-
	73.236	53.721	1.374	97	5.802	2.347
Circulante	85.322	18.837	4.399	6.499	1.160	(3.247)
Não circulante	73.235	53.721	1.374	97	5.802	2.347
Total	158.557	72.558	5.773	6.596	6.962	(900)

Os saldos de contas a receber com Inova e VVR referem-se a aluguel de veículos e equipamentos. O saldo de contas a receber com a Vega refere-se a prestação de serviços. O saldo de contas a pagar com a CRVR refere-se a prestação de serviços de destinação em aterros.

b. Consolidado

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados abaixo. As transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

Empresa	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Abrantes Ambiental	698	2.127	-	-	689	1.617
Battre	629	129	-	-	(1)	-
Boechat	53	62	-	-	-	-
Companhia de Projetos Ambientais	-	45	-	-	(10)	45
Consórcio Porto para a Vida	-	-	95	-	-	-
CRVR	1.914	1.159	2.996	4.816	(8.721)	(8.669)
Essencis MG Soluções Ambientais	-	-	-	-	-	(1)
Farroupilha	11	85	-	-	-	-
GPO - Gestão de Projetos e Obras	104	44	-	-	21	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	2	20	-	-	-	-
Guamá	60	-	650	590	-	-
Hera Ambiental	1	-	-	-	10	-
Inova Gestão de Resíduos Urbanos	9.284	4.632	18	97	24.183	16.723
Instituto Solvi	-	-	39	8	-	-
Koleta Ambiental	33	144	-	-	(8)	-
LOGA	62	-	1	-	-	-
Manaus Ambiental	3.339	2.253	-	-	-	-
Piauí Ambiental	85	-	-	-	-	-
Revita Engenharia	9	9	-	-	(638)	(345)
Rio Grande Ambiental	272	130	-	-	(10)	411
São Carlos Ambiental	5	10	-	-	-	61
Servy Participações	300	-	-	-	-	-
SL Ambiental	274	179	-	-	-	(1.032)
Solvi Participações	7	8	1.414	-	(2.391)	(2.245)
Solvi Projetos de Saneamento	179	108	-	4	-	-
Solvi Valorização Energética	9	9	2.256	-	-	-
Termoverde Salvador	656	378	2.055	310	4.233	3.828
Vega Engenharia Ambiental	1.014	1.185	7.281	3.999	(1.558)	393
Vega Valorização de Resíduos - VVR	55.228	-	-	1.543	(5.423)	(6.620)
Viasolo Engenharia Ambiental	33	33	-	13	-	-
	74.259	12.748	16.805	11.381	10.375	4.166
Reembolsos Administrativos e outros:						
Battre	-	108	-	-	-	-
CRVR	-	8	-	-	-	-
SBC Valorização de Resíduos	2.666	162	-	-	-	-
SL Ambiental	4	-	-	-	-	-
Solvi Participações	-	1	-	-	(4.174)	(3.551)
Vega Engenharia Ambiental	1.765	1.767	-	-	-	-
	4.435	2.045	-	-	(4.174)	(3.551)
Juros sobre capital próprio:						
Abrantes Ambiental	111	110	-	-	-	-
Revita Engenharia	-	-	-	-	-	(1)
Solvi Participações	-	-	310	4.500	(8.335)	-
Vega Valorização de Resíduos - VVR	64	64	-	-	-	-
Viasolo Engenharia Ambiental	-	226	-	-	(226)	-
	174	400	310	4.500	(8.561)	(1)
Contratos de Mútuo:						
Abrantes Ambiental	-	-	-	-	15	9
Alfenas Ambiental	192	-	-	-	8	-
Battre	654	654	-	-	-	-
Boechat	4.015	7.328	-	-	741	720
Compañia de Inversiones Ambientales - CIA	1.438	-	-	-	32	-
CRVR	11.594	-	-	-	277	(11)
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais	530	954	-	-	115	16
Koleta Ambiental	-	985	-	-	47	17
Piauí Ambiental	755	-	-	-	22	-
Rio Grande Ambiental	-	-	1	-	-	(1)
Solvi Participações	3.630	9.377	-	-	75	-
Termoverde Salvador	304	275	-	-	31	4
Vega Engenharia Ambiental	50.538	27.261	4.054	97	3.178	1.106
Vega Valorização de Resíduos - VVR	232	4.726	232	-	518	45
Viasolo Engenharia Ambiental	-	-	1.114	-	(118)	-
	73.881	51.559	5.401	97	4.941	1.905
Circulante	78.868	15.193	17.116	15.881	(2.361)	615
Não circulante	73.881	51.559	5.401	97	4.941	1.905
Total	152.749	66.752	22.517	15.978	2.580	2.520

Os saldos de contas a receber e contas a pagar com a Vega refere-se a Management Fee. O saldo de contas a pagar da Essencis MG refere-se a prestação de serviços de destinação em aterros. Os saldos de contas a receber da VVR refere-se a aluguel de veículos e equipamentos, da Termoverde refere-se a venda de Biogás. Os saldos de contas a pagar com a Solví referem-se a repasses de custos e a prestação de serviços.

32 Passivos contingentes

A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para contingências são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável na maior parte dos processos.

Em 31 de dezembro de 2013, as contingências cuja chance de perda foram classificadas como possível, totalizam R\$10.340.

Ação Civil Pública – SL Ambiental

Em 09 de junho de 2005, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1ª Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo), ingressou com Ação Civil Pública em face da Companhia e da Municipalidade, com o objetivo de ver declarada a nulidade do contrato de concessão dos serviços de limpeza urbana, tratamento e destinação final de resíduos, avençado entre a Companhia e o Município de São Leopoldo.

A ação foi julgada procedente e a Companhia obteve liminar na Reclamação nº 10274 perante o STF, posteriormente confirmada por decisão monocrática, a qual anulou a decisão que havia declarado nulo o contrato. Ainda pendente julgamento definitivo sobre a causa. Considerando que não haverá desembolso financeiro no caso de decisão desfavorável, e que os assessores jurídicos avaliaram a probabilidade de perda como possível, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ação do Ministério Público – LOGA

Está em curso uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião do advogado contratado pela LOGA para sua defesa, a chance de êxito da Companhia nessa ação é provável. A controlada foi constituída com o propósito específico de executar, sob o regime de concessão, em atendimento aos dispositivos previstos no Contrato de Concessão nº 27/SSO/04, os serviços de limpeza urbana da cidade de São Paulo, para região denominada “Agrupamento Noroeste”, sendo a Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP, a única cliente da controlada.

Outros processos

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte em diversos outros processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração da Companhia e de suas controladas e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações.

33 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm coberturas de seguros para danos materiais e responsabilidade civil, com valores adequados ao nível de operação da companhia.

A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos contratos de concessão.

As premissas de riscos adotados, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

34 Contratos de concessão

- **Direitos sobre a infraestrutura**

Conforme disposto pelo IFRIC 12, a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pela Companhia e suas controladas para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere às concessionárias o direito de controle ou de propriedade do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. As concessionárias controladas têm acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Os bens reversíveis estão registrados no ativo intangível.

- **Ativo intangível**

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia e suas controladas registraram ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

Ativo Intangível	2013						
	Tx Média Anual %	BATTRE	Rio Grande Ambiental	Farroupilha	SL Ambiental	São Carlos Ambiental	Total
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:							
Aterro e infra em aterros	-	45.761	5.723	1.531	-	6.657	59.672
Infraestrutura em transbordos	10	3.084	-	-	-	-	3.084
Terrenos e Edificações e Construção Civil	0 a 4	-	-	-	26	-	26
Benfeitorias em bens de terceiros	9	556	1.655	15	-	-	2.226
Máquinas e equipamentos	10	2.992	1.569	485	373	67	5.486
Veículos e equipamentos	20	69	1.393	283	10	934	2.689
Intangível em andamento	-	903	862	282	112	2.765	4.924
		53.365	11.202	2.596	521	10.423	78.107

Ativo Intangível

2012

	Tx Média		Rio		SL	São	
	Anual %	BATTRE	Grande	Farroupilha	Ambiental	Carlos	Total
			Ambiental			Ambiental	
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:							
Aterro e infra em aterros	-	45.005	3.642	1.158	-	-	49.805
Infraestrutura em transbordos	10	3.479	-	-	-	-	3.479
Terrenos e Edificações e							
Construção Civil	0 a 4	-	-	-	26	-	26
Benfeitorias em bens de terceiros	9	661	1.582	20	-	-	2.263
Máquinas e equipamentos	10	3.695	1.295	539	486	71	6.086
Veículos e equipamentos	20	382	966	466	14	1.471	3.299
Intangível em andamento	-	845	3.390	270	25	4.923	9.453
		54.067	10.875	2.453	551	6.465	74.411